

ANEXO 3

FORMATO PADRÃO PARA APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE BOAS PRÁTICAS^{1/}

- Instituição: Controladoria-Geral da União
- Título: Portal da Transparência. O Portal tem como tema transparência pública e fiscal e se relaciona aos itens 14 e 17 do Compromisso de Lima.
- Descrição da boa prática: O Portal da Transparência integra e apresenta dados de diversos sistemas utilizados pelo Governo Federal para a sua gestão financeira e administrativa, objetivando prover transparência da gestão pública, além de instrumentalizar a sociedade para a realização do controle social.
O acesso ao Portal não requer usuário nem senhas, sendo permitido a qualquer cidadão navegar pelas páginas de forma livre, bem como visualizar e utilizar os dados disponíveis da forma que melhor lhe convier.
Com as bases governamentais totalmente integradas, o Portal traz o conceito de navegação modular, permitindo novas formas de buscar, visualizar e agregar informações. Painéis específicos sobre órgãos, programas e áreas de governo apresentam de forma gráfica os conteúdos de diferentes temas (despesa, receita, servidores, punições, etc.). Ao acessar dados de um ministério, por exemplo, o usuário encontra - numa única página - gastos diretos, despesas com pessoal, valores e modalidades de contratação, principais fornecedores, entre outros.

Motivos e importância: O Portal da Transparência do Governo Federal é um canal pelo qual o cidadão pode acompanhar a utilização dos recursos federais arrecadados com impostos no fornecimento de serviços públicos à população, além de se informar sobre outros assuntos relacionados à Administração Pública Federal.
O site, lançado em 2004 e remodelado em junho de 2018, é mantido pela CGU e tem o objetivo de garantir e ampliar a transparência da gestão pública e fortalecer a participação social na fiscalização dos gastos e investimentos do Poder Executivo Federal.
- Enfoque: Os dados divulgados no Portal são provenientes de diversas fontes de informação, entre as quais estão os grandes sistemas estruturadores do Governo Federal – como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) –, as bases de benefícios sociais, as faturas de Cartão de Pagamentos do Governo Federal, as bases de imóveis funcionais, entre diversas outras. As principais consultas disponíveis no Portal dizem respeito a:
 - 1) Licitações: detalhamento sobre a quantidade e valor das licitações promovidas pelos órgãos do Governo Federal;
 - 2) Despesas: visão geral das despesas do Governo Federal por função orçamentária, área de atuação e órgãos;
 - 3) Remuneração de servidores: informações sobre salários, gratificações e vínculos dos servidores do Governo Federal;
 - 4) Sanções: cadastros de punições a empresas, entidades sem fins lucrativos e servidores;

1. Documento elaborado com base na “Metodologia para a apresentação de boas práticas relativas à prevenção e ao combate à corrupção e para a sua compilação, divulgação e promoção de sua utilização”, empregado pelos Estados no âmbito do MESICIC (Trigésima Reunião da Comissão de Peritos, de 12 a 15 de março de 2018, em Washington, D.C.).

- 5) Convênios: detalhes sobre os recursos federais transferidos a Estados, Municípios e entidades privadas;
 - 6) Cartões de pagamentos: acesso a valores gastos e portadores do Cartão de Pagamento do Governo Federal.
- Implementação: Os dados que alimentam as bases do Portal são recebidos com periodicidade diária, semanal e mensal, a depender do tema, e são de responsabilidade dos ministérios e outros órgãos do Poder Executivo Federal, por serem eles os executores dos programas de governo e os responsáveis pela gestão das ações governamentais. Os órgãos responsáveis por cada fonte de informação encaminham seus dados para a CGU, que recebe, reúne e disponibiliza as informações na ferramenta. Uma vez carregadas no Portal, as informações são disponibilizadas para conhecimento do cidadão de diversas formas, como: painéis, consultas detalhadas, gráficos, dados abertos.
 - Resultado: O volume de consultas aos dados do Portal da Transparência do Governo Federal feitas por máquinas cresceu mais de 10.000% desde o lançamento da nova versão, no ano passado. O indicador de utilização da API - Interface de Programa de Aplicativos (do inglês, Application Programming Interface) do Portal apresentou elevação recorde no último mês de fevereiro, saindo de 124 mil requisições registradas, em agosto de 2018, para aproximadamente 12,8 milhões. As estatísticas de acesso ao site podem ser acompanhadas em: <http://transparencia.gov.br/estatisticas?ordenarPor=mesAno&direcao=desc>
 - Cooperação técnica: O Portal da Transparência é referência internacional no tema, já tendo recebido diversas premiações e sido objeto de assistência técnica a outros países, a exemplo de El Salvador (2014). A CGU pode fornecer cooperação para adaptar a metodologia de desenvolvimento do Portal a outras realidades e contextos.
 - Acompanhamento: O acompanhamento da implementação do Portal compete a equipe específica da CGU, que acompanha a atualização dos dados inseridos, as necessidades de melhoria e as estatísticas de acesso.
 - Lições aprendidas: A primeira versão do Portal da Transparência foi lançada pela CGU em 2004. Após mais de dez anos de experiência, verificou-se a necessidade de modificar o site a fim de incrementar a integração dos dados e a usabilidade, bem como fornecer APIs para que a sociedade utilize os dados em formato aberto. O novo Portal também foi construído com layout mais intuitivo e responsivo para acesso a partir de celulares e tablets. A melhor usabilidade permite integração com redes sociais, geração de QR Codes, incorporação de gráficos, ferramentas de notificação do usuário em caso de atualizações e também a possibilidade de notificar empresas suspeitas de irregularidades. Outro destaque é a ferramenta de busca na página inicial do Portal. Ao escrever um nome de pessoa física ou jurídica, por exemplo, aparecem todas as informações relacionadas, das diferentes bases e sistemas que alimentam o Portal. Se for um servidor, sua remuneração, diárias e passagens. No caso de uma empresa, o valor de recursos recebidos, se há punições, além de listagem de contratos. Além disso, verificou-se a necessidade de incluir novas informações no Portal nessa nova versão – entre as principais novidades, o Portal da Transparência passa a disponibilizar as despesas geradas por meio de emendas parlamentares. Agora é possível acessar qual bancada e deputado destinou o recurso no orçamento, área de governo e localidade destinatária, estágio de liberação dos valores, além da empresa contratada para executar a obra ou serviço. Outras informações foram agregadas como: licitações e contratos nas compras realizadas pelos órgãos do Poder Executivo Federal; viagens a serviço de servidores e colaboradores (diárias, itinerários e motivo); acordos de leniência celebrados pela CGU com empresas que cometeram atos de corrupção (datas, termos e

efeitos); e relatórios de auditoria da CGU em órgãos, programas e municípios. O novo Portal da Transparência possui uma área educativa com diversas informações para facilitar a compreensão de como o governo funciona. São textos, infográficos e vídeos que ajudam a entender os números. Ferramentas interativas tiram dúvidas e explicam termos orçamentários. Além disso, há um botão de ajuda onde o cidadão pode digitar um termo que desconhece e consultar o glossário sem sair da tela de navegação.

- Documentos: todos os documentos e informações estão disponíveis no Portal: <http://transparencia.gov.br/>
- Contato: Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU: assessoria.internacional@cgu.gov.br; +55 61 2020-6981